

# Senado baixa medidas para destrancar pauta

O GLOBO

10 ABR 2003

Sarney, Lobão, Mercadante e Viana preparam terreno para facilitar tramitação das reformas

• BRASÍLIA. Diante das dificuldades em destrancar a pauta de votação, parada porque governo e oposição não chegaram a um acordo em torno de uma medida provisória que estatualiza rodovias federais, o presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), estabeleceu ontem o prazo de três sessões para a votação de matérias que estejam paralisando os trabalhos. Com isso, acaba com a possibilidade de trancamento por prazo longo. Depois de três sessões, os partidos serão chamados a se pronunciar sobre a matéria, votando contra, a favor ou se abstendo.

## Tolerância de 15 minutos para quórum mínimo

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado também baixou uma medida para agilizar as votações. Por decisão do seu presidente, Edison Lobão (PFL-MA), a partir da próxima semana será dado um prazo de tolerância de 15 minutos para que pelo menos nove senadores (quórum mínimo) estejam presentes. Caso contrário, os projetos com prazo vencido — isto é, com mais de 30 dias na CCJ — se-

rão encaminhados diretamente ao plenário, sem o parecer da comissão.

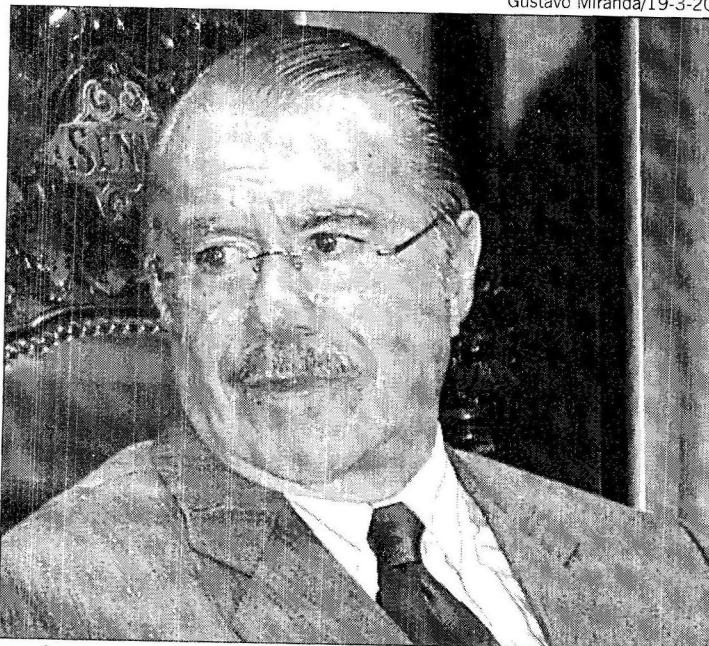
O próprio governo já estuda novas regras para agilizar a tramitação de medidas provisórias.

— A liderança do governo e a Casa Civil já estão estudando mudanças para as medidas provisórias. É um problema que transborda no Congresso — afirmou o líder do PT, senador Tião Viana (AC).

Sarney também modificou a pauta de votação. Entre os 44 itens que constavam da pauta de ontem, apenas as medidas provisórias (MPs) e projetos que tramitam com urgência permanecerão na ordem do dia a partir de hoje. Os demais só voltarão ao plenário depois da desobstrução da pauta.

— Cabe a mim zelar pela imagem do Senado. Queremos mostrar ao país a visão que o Senado tem de trabalho e do cumprimento de seu dever — afirmou Sarney no plenário.

O líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), também reagiu à inércia do Senado. Ele disse que recomendou ao governo evitar a edição de MPs, dando preferência a projetos de lei, para que a tramitação



Gustavo Miranda/19-3-2003

JOSÉ SARNEY: "Cabe a mim zelar pela imagem do Senado"

das reformas previdenciária e tributária não seja prejudicada. Mercadante informou que apresentará hoje um projeto que cria uma comissão permanente para tratar das MPs.

A Constituição determina que uma MP que não é votada 45 dias depois de sua edição entre na pauta em regime de urgência, o que suspende qualquer outra deliberação do Legislativo. Hoje há oito medi-

das no Senado e as comissões especiais previstas para analisá-las sequer foram instaladas.

— É preciso usar a medida provisória só quando for absolutamente indispensável, para não prejudicar a pauta — disse Mercadante.

A oposição elogiou a disposição de Sarney, mas disse duvidar da eficácia de levar à votação projetos sem acordo. No

Senado, PFL, PSDB e PMDB, juntos, somam 49 dos 81 votos da Casa e são maioria.

— É uma tentativa de votar mais rápido. Mas se tivermos interesse e número em derrotar o governo, derrotaremos. Se quisermos conciliar, faremos. Podemos também passar o ônus ao governo, fazendo obstrução e nos retirando do plenário — disse o líder tucano, senador Artur Virgílio (AM).

O governo teve de ceder mais espaço à oposição para começar a desobstruir a pauta da Câmara, votando no fim do dia a medida provisória 103, que trata da organização da Presidência da República.

## Acordo divide relatoria das MPs entre os partidos

Depois de um dia de paralisação em função da disputa pelas relatorias de MPs, o presidente da Câmara, João Paulo Cunha (PT-SP), fez uma nova proposta que foi aceita por PSDB e PFL: a cada bloco de 32 medidas provisórias, três serão relatadas pelo PFL, duas pelo PSDB, três pelo PMDB e duas pelo PP. As outras 13 serão divididas entre os partidos da base. ■